

# Teorias da justiça:

Justiça e exclusão



**Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos**  
(Organizador)

**Atena**  
Editora  
Ano 2021

# Teorias da justiça:

Justiça e exclusão



**Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos**  
(Organizador)

**Atena**  
Editora  
Ano 2021

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes editoriais**

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

## Teorias da justiça: justiça e exclusão 2

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Mariane Aparecida Freitas  
**Indexação:** Gabriel Motomu Teshima  
**Revisão:** Os autores  
**Organizador:** Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T314 Teorias da justiça: justiça e exclusão 2 / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-444-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.440213008>

1. Justiça. 2. Exclusão. 3. Direito. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de (Organizador). II. Título.  
CDD 340

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

## APRESENTAÇÃO

Em **TEORIAS DA JUSTIÇA: JUSTIÇA E EXCLUSÃO 2**, coletânea de quatorze capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, congregamos discussões e temáticas que circundam a grande área do Direito a partir de uma ótica que contempla as mais vastas questões da sociedade.

Temos, no presente volume, três grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações. Neles estão debates que circundam estudos em direito penal; estudos em direito do trabalho; e outras temáticas.

Estudos em direito penal traz análises sobre princípio da insignificância, crimes hediondos, pacote anticrime, violência, feminicídio, estupro virtual, tráfico de entorpecentes e homicídios.

Em estudos em direito do trabalho são verificadas contribuições que versam sobre dumping social, trabalho forçado, políticas neoliberais, jornada de trabalho, sabatistas e intolerância religiosa.

No terceiro momento, outras temáticas, temos leituras sobre proteção de dados pessoais, mediação pré-processual, gestão pública, gestação por substituição e ensino do direito na escola.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos


## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA FRENTE AOS ANTECEDENTES CRIMINAIS DO ACUSADO

Felipe Silva de Medeiros


Kaio Morais Dornas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4402130081>

### **CAPÍTULO 2..... 19**

A FALTA DE PREVISÃO LEGAL PARA REINCIDENTE GENÉRICO EM CRIME HEDIONDOS OU EQUIPARADOS DENTRO DAS LEIS DE EXECUÇÃO PENAL COM A MODIFICAÇÃO DO PACOTE ANTICRIME

David Mariano Cursino da França Cardoso

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4402130082>

### **CAPÍTULO 3..... 27**

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER E FEMINICÍDIO EM UMA CIDADE DE MÉDIO PORTE NO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO


Ana Carolina Ferreira Prado

Luciana Sacheto Bueno

Alessandra Arrigoni Mosquini

Alessandra Aparecida da Silva Pereira Souza

Luciana Siqueira Stroppa


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4402130083>

### **CAPÍTULO 4..... 40**

ESTUPRO VIRTUAL

Elaine Veloso Casoni


Luis Aurélio Casoni

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4402130084>

### **CAPÍTULO 5..... 45**

A INFLUÊNCIA DO TRÁFICO DE ENTORPECENTES NA OCORRÊNCIA DE HOMICÍDIOS EM RECIFE/PE NOS ANOS 2000

Luana Pires Bezerra de Carvalho


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4402130085>








### **CAPÍTULO 6..... 58**


O *DUMPING* SOCIAL COM BASE NO PRINCÍPIO DA WFTO DA RENÚNCIA TOTAL AO TRABALHO FORÇADO

Michelle de Medeiros Fidélis

Monique de Medeiros Fidélis

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4402130086>

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>87</b>
O RETROCESSO DO DIREITO DO TRABALHO DECORRENTE E DE POLÍTICAS NEOLIBERAIS	
Greice Carla Paixão Costa	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.4402130087">https://doi.org/10.22533/at.ed.4402130087</a>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>89</b>
REFLEXOS DA INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NO CUMPRIMENTO DA JORNADA DE TRABALHO SOB A ÓTICA DOS “SABATISTAS” NO ÂMBITO DA INICIATIVA PRIVADA	
Vívian de Barros Gonçalves	
Denise Ieda Calderon Inatomi	
Juliana da Silva Felipe	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.4402130088">https://doi.org/10.22533/at.ed.4402130088</a>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>108</b>
EFETIVIDADE DA LEI Nº 4.898/65 E AS ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO CONGRESSO NACIONAL: ANÁLISE ACERCA DA INGERÊNCIA DA POLÍTICA NACIONAL	
Leda Maria Lemes Vilella Ribeiro	
Marcos Antônio Olivas	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.4402130089">https://doi.org/10.22533/at.ed.4402130089</a>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>122</b>
LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: APLICAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	
Therezinha de Nazareth Parente Salles Neta	
Juliano Ralo Monteiro	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.44021300810">https://doi.org/10.22533/at.ed.44021300810</a>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>140</b>
A MEDIAÇÃO PRÉ-PROCESSUAL COMO MÉTODO DE DESJUDICIALIZAÇÃO DE CONFLITOS	
Gine Alberta Ramos Andrade Kinjyo	
Humberto Ribeiro Júnior	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.44021300811">https://doi.org/10.22533/at.ed.44021300811</a>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>153</b>
O DIREITO DIFUSO À GESTÃO PÚBLICA DE QUALIDADE	
Valéria da Silva Lima Ribeiro	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.44021300812">https://doi.org/10.22533/at.ed.44021300812</a>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>163</b>
O ESTADO ATUAL DA GESTAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO À LUZ DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	
Leticia Chiaradia Ribeiro	
Lidia Chiaradia da Silva	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.44021300813">https://doi.org/10.22533/at.ed.44021300813</a>	

<b>CAPÍTULO 14.....</b>	<b>174</b>
ENSINO DE NOÇÕES BÁSICAS DE DIREITO NA ESCOLA	
Raphael Ribeiro Palheta	
Daniel Cardoso Gerhard	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.44021300814">https://doi.org/10.22533/at.ed.44021300814</a>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR .....</b>	<b>181</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>182</b>

## VIOLÊNCIA CONTRA MULHER E FEMINICÍDIO EM UMA CIDADE DE MÉDIO PORTE NO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

*Data de aceite: 25/08/2021*

*Data de submissão: 03/06/2021*

### **Ana Carolina Ferreira Prado**

Enfermeira pós-graduada na Residência Integrada Multiprofissional em Saúde área Saúde Coletiva da Faculdade de Medicina de Marília (FAMEMA)  
Pompéia – SP  
<http://lattes.cnpq.br/4681437595292058>

### **Luciana Sacheto Bueno**

Assistente social pós-graduada na Residência Integrada Multiprofissional em Saúde área Saúde Coletiva da Faculdade de Medicina de Marília (FAMEMA)  
Santa Bárbara d' Oeste – SP  
<http://lattes.cnpq.br/2520203785564375>

### **Alessandra Arrigoni Mosquini**

Enfermeira supervisora do setor de Vigilância Epidemiológica de cidade de Marília  
Marília – SP  
<http://lattes.cnpq.br/6770148687951742>

### **Alessandra Aparecida da Silva Pereira Souza**

Enfermeira do setor de Vigilância Epidemiológica de cidade de Marília  
Marília – SP

### **Luciana Siqueira Stroppa**

Enfermeira do setor de Vigilância Epidemiológica de cidade de Marília  
Marília – SP

**RESUMO:** O movimento feminista não se trata de superioridade de gênero, e sim de

um questionamento sobre o papel social e institucional da mulher na família, no trabalho e na sociedade, onde há luta com a sociedade quem tem embasados seus valores patriarcais representados diretamente pelos pais, pelos maridos, companheiros, amigos, colegas de trabalho, sendo assim o movimento se embasa na questão de igualdade social e direitos garantidos e assegurados por lei. Assim como Martini e Souza nos traz observamos relatos de mulheres sendo submetidas a vários tipos de violências como assédio sexual, violência física, violência moral, violência verbal, pressão psicológica e até assassinadas, por colocar um fim no relacionamento, não aceito pelo parceiro. Entende-se que, a maior parte das mulheres ainda, estão sendo educadas a serem submissas ao machismo. Porém, algumas dessas mulheres se sentiram mais seguras, respeitada e dispostas a lutar pelos seus direitos numa sociedade tão fechada e machista, de valores enraizados. Pensando nesta temática, foi proposto trabalhar o feminicídio, analisando a violência direcionada para a mulher, por meio do Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN do município.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulher; violência; feminicídio; SINAN.

### VIOLENCE AGAINST WOMEN AND FEMICIDE IN A MEDIUM-SIZED CITY IN THE INTERIOR OF SÃO PAULO STATE

**ABSTRACT:** The feminist movement is not about gender superiority but about questioning the social and institutional role women play in their family, at work and in society as a whole, where patriarchal values are well established and

directly represented by parents, husbands, partners, friends, and co-workers. The movement, therefore, is based on the social equality agenda and on rights guaranteed by law. As put by Martini and Souza, reports of women being subjected to sexual harassment, psychological pressure, physical, moral, and verbal violence are common, which may lead to them being murdered for simply ending a relationship. Most women are still being educated to be submissive. However, some women have been feeling more secure, respected and eager to fight for their rights in a society with such closed-minded and sexist values. Bearing this in mind, herein we examine femicide by analyzing violence against women, using the Notifiable Diseases Information System (SINAN) of the municipality.

**KEYWORDS:** Woman; violence; femicide; SINAN.

## INTRODUÇÃO

No vocábulo violência que vem da palavra latina vis, que significa força, fazendo esse nexo de uso de força, acaba se referindo às noções de constrangimento e de uso da superioridade física sobre outro indivíduo, resultando em opressão. (MINAYO, 2003).

Conforme traz a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre violência contra a mulher, 2013 o feminicídio se categoriza como assassinato de uma mulher pela condição de ser mulher. As motivações mais comuns são o ódio, o desprezo ou o sentimento de perda do controle e sentimento de posse sobre as mulheres. Desta forma o feminicídio tende a ser a última instância de controle da mulher. Onde o agressor pensa que há a afirmação irrestrita de posse, igualando a mulher a um objeto. Onde o agressor pode exercer o controle da vida e da morte.

Devido a esses vários tipos de violência o feminismo tem início com o movimento europeu do século XIX, tendo como o propósito de equiparação dos direitos sociais e políticos de ambos os sexos, tendo acesso às mesmas oportunidades dos homens. (O movimento traz como pressuposto, uma condição de desigualdade entre os sexos, tanto em termos de dominação masculina, ou patriarcado, quanto de desigualdade de gênero e dos efeitos sociais decorrentes da diferença sexual.). (MICHAELIS, 2018).

Desta forma podemos ressaltar a importância do início desse movimento, pois na perspectiva dos direitos humanos principalmente na questão de combate a violência somos todos iguais independo de cor, gênero, sexualidade e instrução tendo acesso a liberdade de ir e vir e de escolha (GOMES,2011).

Na perspectiva iluminista, o ser humano evolui na história em direção ao progresso. Nessa visão os indivíduos deixam o passado, porém de maneira que aprendam com ele, trazendo como modelo os eventos já ocorridos de sucesso ou insucesso. Este movimento teve o intuito de repensar tanto os acontecimentos e a reavaliar da forma organizacional da sociedade, incluindo o papel da mulher nela.

O movimento todo não se trata de superioridade de gênero, e sim de um movimento que questiona o papel social e institucional da mulher na família, no trabalho e na sociedade, onde há luta com a sociedade quem tem embasados seus valores patriarcais

representados diretamente pelos pais, pelos maridos, companheiros, amigos, colegas de trabalho. (ALCANTARA, 2008).

Atualmente as mulheres se encontram inseridas nos mais diferentes tipos de participação social, na educação e na política. Ficando assim evidente a significativa mudança dos papéis de dona do lar, cuidadora e passiva construído durante os anos. (MARTINI, 2016).

Existem várias questões sociais relacionadas com a fragilidade da mulher em acabar com uma relação violenta, tais como: ela é coagida e tem receio de ser mais agredida ou morta se terminar com o companheiro; ela necessidade da ajuda financeira do homem, para sustentar os filhos; sente envergonhada por ter sofrido agressão; ela confia no agressor quando este diz que vai mudar e que não ocorrerá novamente a violência; ela possui uma dependência afetiva; não confia na proteção policial. (BRASIL, 2015).

Em se tratando a legislação que proteja a mulher, temos no ano de 2004, por meio da Portaria GM/MS nº 936/2004, o Ministério da Saúde (MS) começou a estruturação da Rede Nacional de Prevenção da Violência e Promoção da Saúde com a inserção de Núcleos de Prevenção à Violência e Promoção da Saúde. O intuito dos Núcleos é debater esse assunto e fortificar as condutas de intervenção locais, visando também a qualidade da informação no que diz respeito a acidentes e a violência. Depois, foi estabelecida a notificação compulsória de violência contra a mulher, conforme a Portaria GM/MS 2.406/2004. A Lei 10.886/04, tornou a lesão corporal um tipo especial de violência doméstica. O Ministério da Saúde formulou a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, que inclui a promoção da atenção às mulheres e aos adolescentes em situação de violência, uma vez que um dos pilares dessa política é organizar as redes de atenção integral a mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual. (COELHO, et. al, 2018).

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) foi um grande marco legal, considerado como a maior conquista alcançada para a proteção das mulheres, ela vem para regulamentar a responsabilidade de cada órgão público para com a mulher que sofre violência. Das medidas que está lei prevê podemos destacar que: relacionadas ao agressor, como o afastamento da casa, a proibição de chegar perto da vítima, a inclusão de projetos de reeducação e até mesmo a prisão preventiva; relacionadas com a mulher que é atingida pela violência, como o direcionamento para programa de proteção ou atendimento e medidas protetivas. Essa Lei diz respeito à uma mulher, aqui do Brasil, Maria da Penha Fernandes, que ficou paraplégica, pois o seu marido lhe deu um tiro, além disso, permaneceu em casa sofrendo outras maneiras de violência, tais como tortura e choque elétrico, como não havia uma legislação específica no país, ela busca entre as cortes internacionais e conseguiu fazer a implantação desta lei. (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2012).

Em 2007, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) elaborou o II Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM) e, voltado especificamente à problemática da violência contra as mulheres. Outra lei importante foi a Lei do Feminicídio



de 2015, ela inclui o feminicídio nos crimes hediondos. (COELHO, et. al, 2018).

## METODOLOGIA

Este estudo tem caracterização quali-quantitativo, segundo MYNAIO (2001) uma vertente complementar, visto que a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, eliminando qualquer dicotomia. Desenvolvido em parceria da residência multiprofissional integrada em saúde da Faculdade de Medicina de Marília (FAMEMA) e vigilância epidemiológica que cedeu as informações coletadas. Utilizamos os dados da ficha de notificação sobre o agravo de violência interpessoal/autoprovocada, disponíveis no programa SINANnet, essa ferramenta segundo o Ministério da Saúde (2016) tem como finalidade coletar, propagar, materiais desempenhados habitualmente, pelo Sistema de Vigilância Epidemiológica dos três níveis de Governo, através de uma rede informatizada, para sustentar o processo de investigação e dar subsídios à análise das informações de vigilância epidemiológica das doenças de notificação compulsória. Os dados referem-se aos anos de 2015 a setembro de 2018, realizamos a tabulação das informações, por meio do programa TabWin–Datusus. A ficha de notificação do Sinan-Net neste artigo é constituída pelas seguintes variáveis: caracterização da vítima, tipologia da violência, meio de agressão, informações a respeito dos prováveis autores da agressão, local da ocorrência, decorrência da agressão e o encaminhamento do caso.

## RESULTADO E DISCUSSÃO

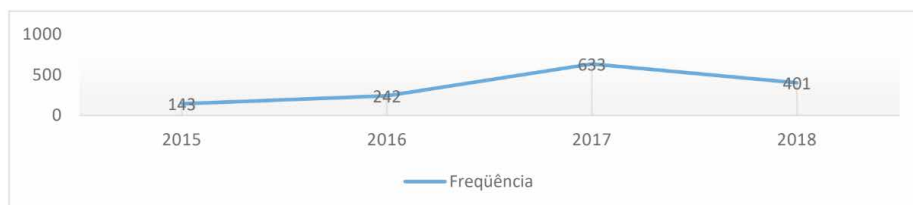


Gráfico 1 linha do tempo.

Fonte: SINAN net 2018.

No que diz respeito ao Gráfico 1 linha do tempo, temos uma elevação do número de notificação do ano de 2015 para 2018. Ao abordarmos à violência letal contra as mulheres, no Brasil, ocorreu uma diminuição do número de homicídios de mulheres registradas no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde (MS) no ano de 2015, quando comparado ao ano anterior: em 2014 houve registro de 4,6 homicídios por grupo de 100 mil mulheres, em 2015 o número equivale a 4,4. Entretanto, mesmo com a

redução da taxa de homicídios de mulheres no último ano, esse número é maior do que o verificado em 2006 (4,2), ano que foi implementado da vigência da Lei Maria da Penha. O Estado de São Paulo, apresenta-se com uma taxa menor que a média nacional, sendo ela de 2,4.

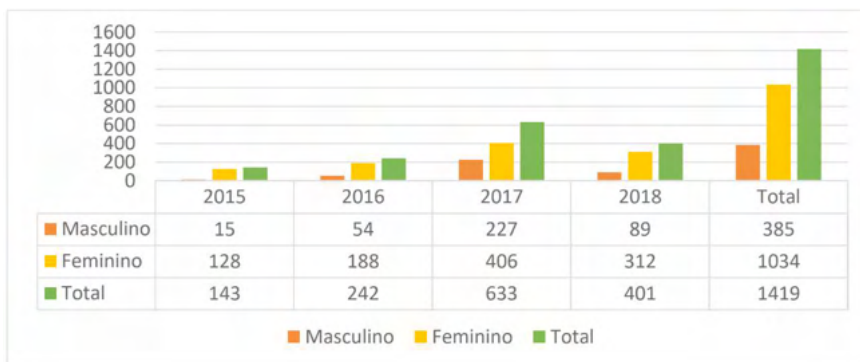


Gráfico 2 - Sexo.

Fonte: SINAN net 2018.

A violência sofre a influência de épocas, locais, circunstâncias e realidades. Neste caso a violência de gênero contra a mulher é exercida pelos homens contra as mulheres. Evidenciando que o gênero do agressor e o da vítima estão intimamente ligados à explicação desta violência. Afetando as mulheres pelo simples fato de serem deste sexo. Evidenciando a proporção que a cultura machista tem até hoje sob a vida das mulheres. (CASIQUE, 2006).

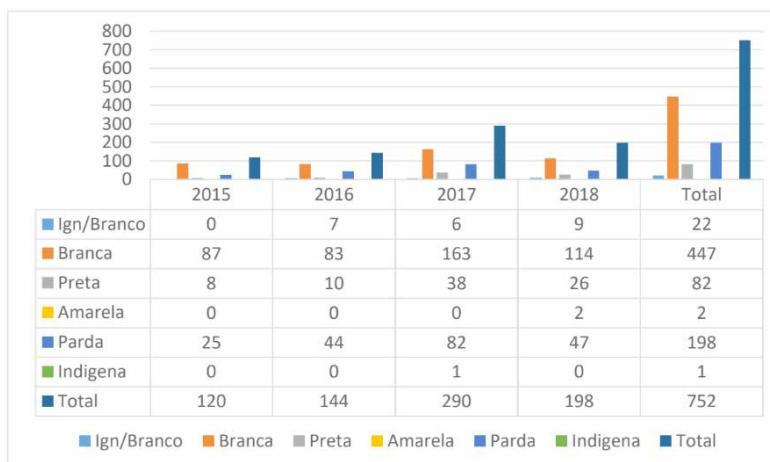


Gráfico 4 etnias.

Fonte: SINAN net 2018.

No que tange o gráfico 4 etnias, a maioria das vítimas são brancas, essa informação é divergente, quando comparada com os dados do Brasil, visto que em âmbito nacional a população negra e parda é a que mais é afligida pela violência e pelo femicídio, sendo que as pessoas negras, representam um percentual de 66,7% das mulheres que morrem assassinadas, feito pelo Mapa da Violência de 2015.

Isso pode ocorrer, pois como mostra o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), DE 2010 a população do município se constitui por 64,91% brancos, 4,64% preta e 27,65% parda.

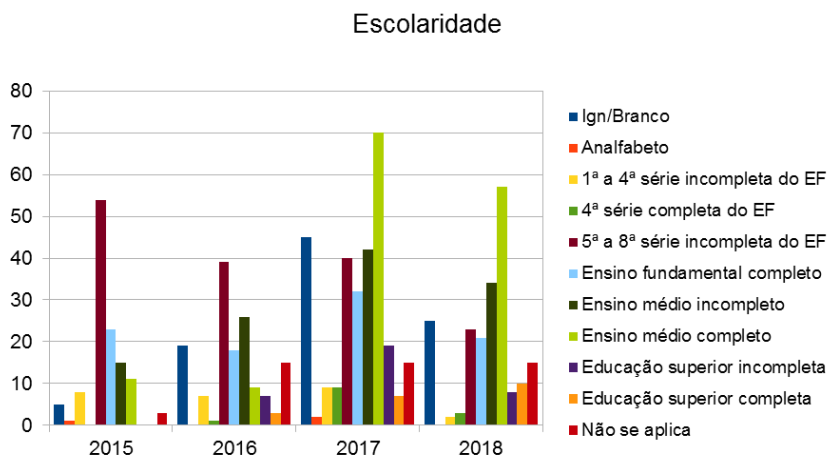


Gráfico 5 - Escolaridade.

Fonte: SINAN net 2018.

Quanto ao gráfico 5 - Escolaridade, observamos que a instrução das pessoas que mais se destaca são as mais baixas, assim como os dados da pesquisa denominada mortalidade de mulheres por agressões no Brasil: perfil e estimativas corrigidas (2011-2013), feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Mostrando desta forma a importância de investimentos na área da educação.

## Sexo do provável autor da violência

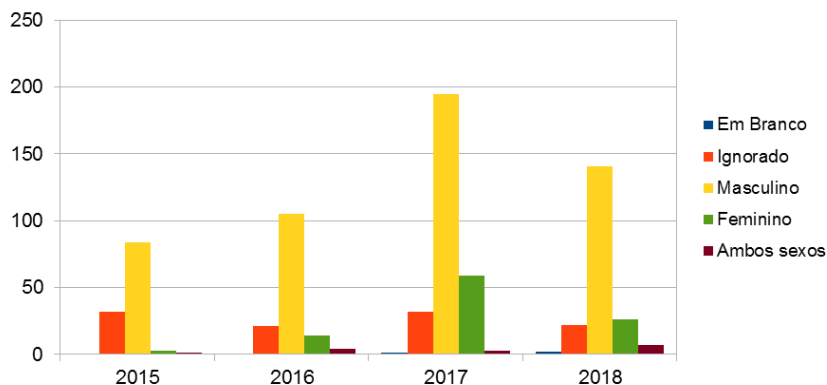


Gráfico 6 - Sexo do provável autor da violência.

Fonte: SINAN net 2018.

Apesar de estarmos no século XXI, e por conta da globalização de existirem tantos avanços tecnológicos; de comunicação; de transporte, do fácil acesso à informação. Atualmente, o Brasil vivencia uma realidade, em que historicamente foi construída uma cultura, que coloca os homens como superiores as mulheres, fazendo com que eles acreditem que controlam a vida e o desejos delas, e que a solução para o enfrentamento de um conflito seja por meio da violência. (BRASIL, 2015).



Gráfico 9 Vínculo/grau de parentesco com a pessoa atendida.

Fonte: SINAN net 2018.

Sabe-se que na população brasileira, a cada cinco mulheres uma já foi vítima de algum tipo de violência doméstica, ocasionada por um homem. Deste número, por volta de 80% das ocorrências de agressão contra as mulheres ocorreu por parceiros ou ex-parceiros. (BRASIL, 2015).

No cotidiano observamos relatos de mulheres sendo submetidas a vários tipos de violências como assédio sexual, violência física, violência moral, violência verbal, pressão psicológica e até assassinadas por colocar um fim no relacionamento não aceito pelo parceiro. Entende-se que, a maior parte das mulheres ainda estão sendo educadas a serem submissas ao machismo impregnado na sociedade patriarcal. (MERY, 2016).

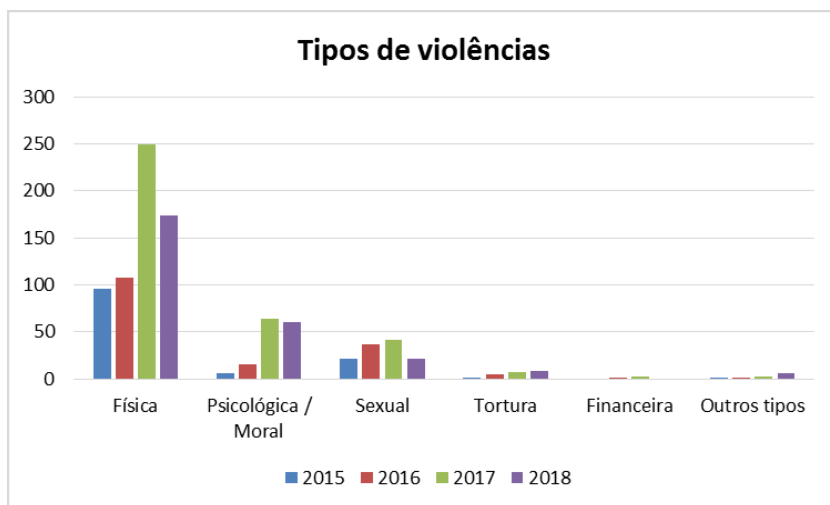


Gráfico 10 - Tipo de violência.

Fonte: SINAN net 2018.

Outra ferramenta utilizada para analisar o índice de violência é o Ligue 180, no balanço de 2015, foram realizados 749.024 atendimentos em 2015, em comparação a 485.105 atendimentos realizados em 2014. Deste número, um total de 10% (76.651) representaram relatos de violência contra as mulheres. Desta relação, 50,16% equivalem a violência física; 30,33%, a violência psicológica; 7,25%, a violência moral; 2,10%, a violência patrimonial; 4,54%, a violência sexual; 5,17%, a cárcere privado; e 0,46%, a tráfico de pessoas. (BRASIL, 2016).

Em vários países de África, havia a prática de mutilação genital, até o ano de 2018. Na Arábia Saudita, há alguns anos as mulheres não tinham certidão de nascimento. No Irã, em um depoimento no tribunal, o testemunho de um homem vale tanto quanto o de duas mulheres; na maioria dos países de cultura islâmica a mulher pode ser apedrejada até à morte em caso de adultério, prática, aliás, proibida para ambos os sexos, porém sem essa

retaliação para homens. (SANTOS, 2011).

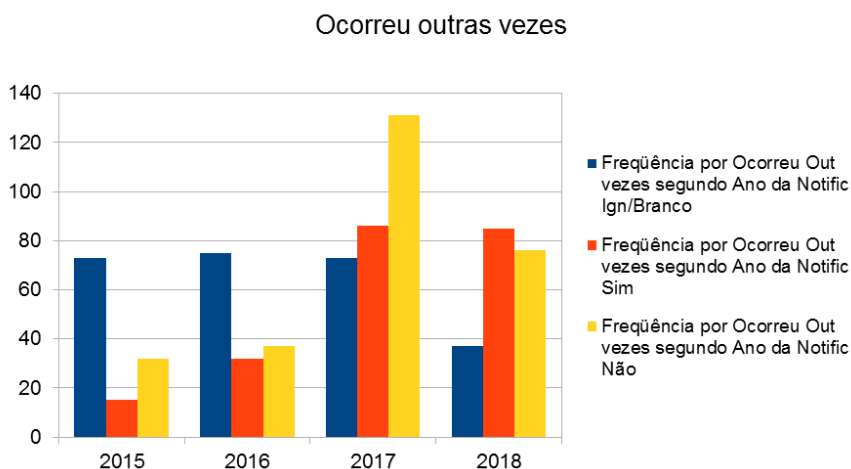


Gráfico 13 ocorreu outras vezes.

Fonte: SINAN net 2018.

Algumas mulheres, ficam isoladas de seus parentes e da rede social, o que pode facilitar o controle do agressor sobre a vítima e a perpetuação do ciclo de violência. Para que seja rompido esse ciclo, é necessário que exista uma rede articulada de serviços de apoio à mulher e/ou uma rede de apoio familiar ou de amigos. Também tendo respaldo os serviços de segurança pública, como por exemplo as delegacias de defesa da mulher, para que ocorra a ruptura com a condição de vítima de violência. (NAKANO, 2011).

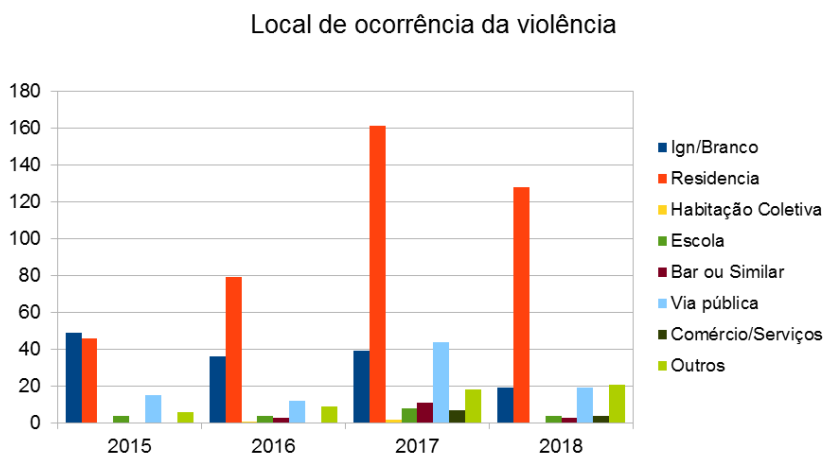


Gráfico 14 - Local de ocorrência.

Fonte: SINAN net 2018.

Ao analisarmos o gráfico 14- Local de ocorrência, temos que um número gritante, faz-se referente a residência das pessoas, 28,1% das mortes de mulheres por agressões também são em seus domicílios, segundo os dados da pesquisa denominada mortalidade de mulheres por agressões no Brasil: perfil e estimativas corrigidas (2011-2013), feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

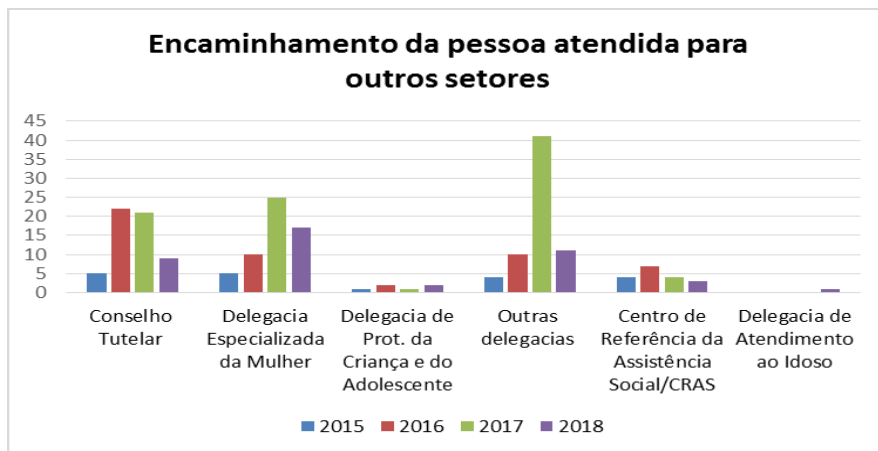


Gráfico 16 Encaminhamento.

Fonte: SINAN net 2018.

Os órgãos públicos que devem por obrigação legal socorrer as mulheres vítimas de violência doméstica, familiar e sexual são: Delegacia de Polícia ou Delegacia da Mulher (DEAM) que realiza o registro do Boletim de Ocorrência e investiga os dados e provas fundamentais ao inquérito policial, depois é enviado ao Ministério Público, este apresenta a denúncia à justiça. A defensoria pública, diferente de forma gratuita a mulher; o Juizado da Violência Doméstica, Varas de Violência Domésticas e Varas Criminais, julgam os casos que são encaminhados e definem as medidas de proteção e execução da sentença; os Hospitais Públicos que devem atender as mulheres que sofreram a violência sexual e garantir o acesso aos serviços de contracepção de emergência. E a Lei Maria da Penha também aborda sobre os apoios que a mulher possui, tais como: o Centro de Referência de Atendimento à Mulher que disponibiliza um apoio psicológico e social; Casa Abrigo que oferece assistência psicológica e jurídica, também é um lugar para as mulheres e seus filhos ficarem, quando possuem risco de morte; o Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) que proporciona ajuda psicológica e social para os casos de violência; o Centro de Referência e Assistência Social (CRAS), disponibiliza ajuda psicológica e social; Instituto Médico Legal, que faz o exame de corpo de delito e outros exames periciais necessários; Centros de Saúde que oferece o atendimento de prevenção e atenção a saúde das pessoas; Programas de Assistência e de Inclusão Social

do Governo Federal, Estadual e Municipal; Programas de Qualificação. (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2012).

## CONCLUSÃO

Uma das estratégias que encontramos para combater a violência é a prevenção, é envolver os três níveis da atenção à saúde, como a prevenção primária que deve focar em evitar que a violência ocorra, com condutas de orientação sobre uma vida que não tenha violência, por meio de campanhas educativas que abordam os direitos garantidos por lei; na prevenção secundária, – podemos elencar as ações que dizem respeito à atenção quando a violência já aconteceu e estão relacionadas no diagnóstico da violência, no tratamento dos agravos resultantes, na prevenção de sequelas e nos encaminhamentos importantes; a prevenção terciária — representa às ações para impedir o agravamento de sequelas e traumas causados pela violência. (OLIVEIRA, 2018).

Notificar por meio do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) as situações de violência que aparecem os diferentes níveis de atenção de saúde, de maneira que sejam casos suspeitos ou comprovados, se faz muito relevante, pois é por meio desses casos que a violência se torna visível possibilitando a magnitude epidemiológica desse agravo e apoiando a criação de políticas públicas direcionadas a ações de atenção às pessoas em situação de violência e prevenção de novos casos (SALIBA et al, 2007).

O profissional de saúde também exerce papel fundamental na ajuda, junto com a mulher que sofre a violência, pois este possui uma escuta qualificada, o acolhimento, sem contar que são esses que realizam a notificação no SINAN, elaborando as redes significativas de apoio à família, fazendo uma intervenção familiar que constitui a um conjunto de ações que pretende achar resolubilidade para enfrentar problemas, crises ou conflito que possam estar abalando a família (KRENKEL, MORÉ, 2018).

## REFERÊNCIAS

ALEXANDER, William. **The History of Women**. Dublin: J.A. Husband, 1779. ASTELL, Mary. *The Christian Religion*. London: R. Wilkin, 1705.

ALMEIDA, Rosa Maria Martins de; PASA, Graciela Gema; SCHEFFER, Morgana. **Álcool e violência em homens e mulheres**. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 252-260, 2009. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79722009000200012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722009000200012&lng=en&nrm=iso)>. Acesso 15 set. 2018

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS. **As Mulheres não são homens**. Disponível em <[http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Mulheres%20n%C3%A3o%20s%C3%A3o%20Homens\\_large\\_10Mar11.pdf](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Mulheres%20n%C3%A3o%20s%C3%A3o%20Homens_large_10Mar11.pdf)> acesso 15 set. 2018

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/marilia/panorama> >. Acesso 15 set. 2018



BRASIL. **Lei n 11.340 (Maria da penha)**. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002185/218596POR.pdf> Acesso 15 set. 2018

BRASIL. **Portaria n 2406, de 5 de novembro de 2004**. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2004/prt2406\\_05\\_11\\_2004\\_rep.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2004/prt2406_05_11_2004_rep.html) Acesso 15 set. 2018

BRASIL. **Mortalidade de mulheres por agressões no Brasil: perfil e estimativas corrigidas (2011-2013)**. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2179.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2179.pdf). Acesso 15 set. 2018

BRASIL. **Sinan net**. Disponível em: <http://portalsinan.saude.gov.br/sinan-net> Acesso 15 set. 2018

BRASIL. **Violência doméstica e familiar contra a mulher**. Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/pdf/Relatrio\\_Violencia\\_Mulher\\_v9formatado.pdf](https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/pdf/Relatrio_Violencia_Mulher_v9formatado.pdf) Acesso 15 set. 2018

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher (Relatório Final, CPMI-VCM, 2013)

Costa MC, Silva EB, Soares JSF, Borth LC, Honnef F. **Mulheres rurais e situações de violência: fatores que limitam o acesso e a acessibilidade à rede de atenção à saúde**. Rev Gaúcha Enferm. 2017;38(2): e59553. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/19831447.2017.02.59553>. Acesso 15 set. 2018

GOMES, A.S. **Mulheres, sociedade e iluminismo: o surgimento de uma filosofia profeminista na Inglaterra do século xviii**. Matraga, rio de janeiro, v.18 n.29, jul. /Dez. 2011

KRENKEL, Sheila; Moré, Carmen LeontinaOjedaOcampo. **Violência por parceiro íntimo no contexto familiar** [recurso eletrônico] / Carmen LeontinaOjedaOcampoMoré, Sheila Krenkel. — Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

MICHAELIS. Michaelis **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**, 2018 Disponível em <<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>> Acesso 03 out 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO SMC, Souza RE, organizadoras. **Violência sob o olhar da saúde**. Rio de Janeiro (RJ): Fiocruz; 2003. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher (Relatório Final, CPMI-VCM, 2013)

MULHER DO SÉCULO XXI: CONQUISTAS E DESAFIOS DO LAR AO LAR. Méry Terezinha Martini e Fernanda Souza. Universidade Regional de Blumenau (FURB). 2016. Disponível em <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Mary-Terezinha-Martini.pdf>> acesso 15 set. 2018

**O Feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas** / Ana Alice Alcântara Costa, Cecília Maria B. Sardenberg, organizadoras. – Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008. <<http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/feminismovinteanos.pdf>>. Acesso 15 set. 2018

Oliveira, Caroline Schweitzer de. **Atenção a homens e mulheres em situação de violência por parceiro íntimo** [recurso eletrônico] / Caroline Schweitzer de Oliveira, Carmem Regina Delziovo, Carmem Lúcia Luiz. — Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

Panorama da violência contra as mulheres no Brasil [recurso eletrônico]: **indicadores nacionais e estaduais**. — N. 1 (2016) -. -- Brasília: Senado Federal, Observatório da Mulher Contra a Violência, 2016

Políticas públicas no enfrentamento da violência por parceiro íntimo [recurso eletrônico] / Elza BergerSalemaCoelho... [et al]. — Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.53 p.: il. Versão adaptada para o curso de Violência e Saúde. Modo de acesso: [www.unasus.ufsc.br](http://www.unasus.ufsc.br)Conteúdo do módulo: Políticas públicas de enfrentamento à violência no Brasil. — Humanização na atenção a homens e mulheres em situação de violência. — **A violência na Atenção à Saúde**. ISBN: 978-85-8267-116-

SALIBA, Orlando; GARBIN, Cléa Adas Saliba; GARBIN, Artênio José Isperand DOSSI, Ana Paula. **Responsabilidade do profissional de saúde sobre a notificação de casos de violência doméstica**. Rev. Saúde Pública [online]. 2007, vol.41, n.3, pp.472-477

**Violência contra mulheres**. Casique L, Furegato ARF. Rev Latino-am Enfermagem 2006 novembro-dezembro; disponível em <[http://www.scielo.br/pdf/rlae/v14n6/pt\\_v14n6a18](http://www.scielo.br/pdf/rlae/v14n6/pt_v14n6a18)>. Acesso 15 set. 2018

**Violência doméstica: as possibilidades e os limites de enfrentamento** Lettiere, A. Nakano, AMS. Rev. Latino-Am. Enfermagem 19(6): [08 telas] nov.-dez. 2011

**Violência doméstica e suas diferentes manifestações**. R. Psiquiatr. RS, 25(suplemento 1): 9-21, abril 2003

WAISELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência**. Disponível em: [https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf) Acesso 15 set. 2018

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Antecedentes criminais 1, 2, 11, 14, 15

### C

Crime hediondo 23, 24, 25

### D

Direito 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 13, 16, 17, 19, 20, 22, 40, 42, 46, 48, 58, 59, 60, 63, 64, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 121, 122, 123, 124, 125, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 139, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 181

Direito do trabalho 82, 87, 88, 91, 105, 132, 177

Direito penal 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 10, 13, 16, 17, 22, 40, 48, 83

Dumping social 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 78, 79, 80, 81, 82, 85

### E

Educação 29, 32, 55, 56, 68, 97, 109, 138, 155, 157, 158, 159, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181

Ensino 40, 91, 105, 140, 141, 142, 144, 148, 149, 151, 158, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181

Escola 56, 58, 106, 158, 174, 175, 176, 177, 181

Estupro virtual 40, 41, 42, 43

Exclusão 6, 7, 13, 67, 109

### F

Feminicídio 27, 28, 29, 30

### G

Gestação por substituição 163, 164, 165, 166, 169, 170, 171

Gestão pública 153, 154, 159, 160, 161, 162

### H

Homicídios 30, 31, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57

### I

Intolerância religiosa 89, 90, 91, 94, 95, 97, 103, 104, 105

## **J**

jornada de trabalho 89, 90, 91, 92, 93, 100, 101, 102, 104

Jornada de trabalho 89, 91

Justiça 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 18, 26, 36, 56, 65, 66, 68, 78, 107, 112, 115, 116, 117, 118, 134, 137, 138, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 150, 151, 168, 170, 176, 178

## **M**

Mediação pré-processual 140, 141, 143, 145, 147, 148, 149, 150, 151

## **P**

Pacote anticrime 19, 22, 24

Políticas neoliberais 87

Princípio da insignificância 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18

Proteção de dados pessoais 122, 123, 124, 125, 130, 131, 136, 138, 139

## **S**

Sabatistas 89, 90, 91, 92, 95, 99, 100, 101, 103, 104

## **T**

Teoria 8, 38, 83, 85, 105, 119, 151, 158, 181

Trabalho forçado 58, 59, 60, 67, 71, 72, 73, 75, 76, 79, 83

Tráfico de entorpecentes 45

## **V**





Violência 19, 23, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 55, 56, 57, 72, 73, 76, 106

# Teorias da justiça:

Justiça e exclusão



2

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

  
Ano 2021

# Teorias da justiça:

Justiça e exclusão



 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 @atenaeditora  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](http://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

  
Ano 2021